

## **GRUPO PET CONEXÕES DE SABERES: COMUNIDADES INDÍGENAS**



### **TERRITÓRIOS DA PALAVRA: RESISTÊNCIA E (RE)EXISTÊNCIA DOS POVOS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO E NA MÍDIA**

Ângela Nunes Silva Manchinery, Clécio Ferreira Nunes (Muru Huni Kuin), Ketlen Lima de Souza Apurinã (Makaya Pupŷkary), Liliane Araujo Maia Puyanawa, Wardeson Rodrigues Domingos Kaxinawá, Aline Andréia Nicolli

### **ENTRE A TRADIÇÃO E O RISCO: O USO DE TINTA FEITA COM A PASTA ELETROLÍTICA DE PILHAS NA PINTURA DE COCARES DO POVO APURINÃ**

Jhonnatan Nascimento Oliveira, Kailane da Silva Nunes, Navlis Caetano Inácio, Aline Andréia Nicolli

### **IMPACTOS DA ATUAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR E DA ABORDAGEM INTERCULTURAL NO ACESSO E NA SAÚDE DOS POVOS INDÍGENAS**

Kirlen Lima de Souza Apurinã, Tuã Victor Damasceno Brandão Shanenawa, Larissa Silva de Souza Kaxinawá, Denarte Nonato Nascimento Kaxinawá, Angélica Nunes da Silva Manchinery, Aline Andréia Nicolli



## **TERRITÓRIOS DA PALAVRA: RESISTÊNCIA E (RE)EXISTÊNCIA DOS POVOS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO E NA MÍDIA**

Ângela Nunes Silva Manchinery<sup>1</sup>, Clécio Ferreira Nunes (Muru Huni Kuin)<sup>2</sup>, Ketlen Lima de Souza Apurinã (Makaya Pupŷkary)<sup>3</sup>, Liliane Araujo Maia Puyanawa<sup>4</sup>, Wardeson Rodrigues Domingos Kaxinawá<sup>5</sup>, Aline Andréia Nicolli<sup>6</sup>

<sup>1,2,3,4,5</sup> Estudantes bolsistas ou voluntários do Grupo PET Conexões de Saberes: Comunidades Indígenas, Universidade Federal do Acre. E-mail: pet.conexind@ufac.br

<sup>6</sup> Tutora do Grupo PET Conexões de Saberes: Comunidades Indígenas, Universidade Federal do Acre. E-mail: aline.nicolli@ufac.br

### **Resumo**

Este trabalho emerge da necessidade de problematizar aspectos voltados ao reconhecimento e valorização da atuação dos povos indígenas na ocupação de territórios simbólicos como a linguagem, a educação e a comunicação, como forma de resistência e (re)existência dos povos indígenas na educação e na mídia. Para isso, foram abordados os territórios da palavra na educação, com foco na atuação de professores e estudantes indígenas na construção de currículos e práticas pedagógicas decoloniais, em seguida, tratou-se dos modos de ocupação dos espaços midiáticos, destacando a emergência de coletivos de comunicações indígenas e sua influência na desconstrução de estereótipos colonizadores, como também sua contribuição para o fortalecimento identitário; por fim, refletiu-se sobre a linguagem como território simbólico, analisando experiências por meio do debate contemporâneo sobre justiça, história, memória e pluralidade epistêmica. Esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, lançando mão de um conjunto de produções teóricas por e sobre povos indígenas, o que permite compreender os sentidos atribuídos pelas comunidades indígenas à sua presença e atuação nos mencionados territórios simbólicos. Com isso, na escola, o uso da palavra para os povos indígenas permite disputar narrativas coloniais; na comunicação, o espaço disputado permite que os povos indígenas falem de si mesmos para o mundo, reescrevendo histórias individuais e coletivas, o que permite expressar identidades diversas. Por fim, a linguagem surge como ferramenta estratégica de afirmação cultural, política, de existência e reexistência.

Palavras-chave: Linguagens; Educação; Comunicação.

### **Introdução**

A escolha deste tema surge da necessidade de reconhecer e valorizar a atuação dos povos indígenas na ocupação de territórios simbólicos como a linguagem, a educação e a comunicação. Historicamente silenciados, os povos originários têm assumido com cada vez mais força, o protagonismo na produção de suas próprias narrativas, seja em espaços escolares,

acadêmicos ou digitais. Sendo assim, como estudantes e pesquisadores de áreas que envolvem educação, comunicação e cultura, compreende-se que refletir sobre esses processos é dever de todos, assumindo o compromisso ético com a diversidade e com a justiça histórica.

Dito isso, cabe mencionar que, nos últimos anos, uma rede de comunicação indígena poderosa nasceu no Brasil, conectando jovens, lideranças e coletivos. Esse movimento está quebrando estereótipos que a mídia tradicional construiu e, o mais importante, está fortalecendo a organização política e cultural de cada povo. Ao mesmo tempo, professores e estudantes indígenas estão transformando a sala de aula em um espaço de memória, presença e futuro. O trabalho é mergulhar nessa apropriação da linguagem e entender como ela é usada para resistir, existir, educar e comunicar, de forma a viabilizar o desenvolvimento de um processo histórico de reconhecimento e reparação dos povos originários.

### **Metodologia**

Esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa que, segundo Minayo (2006, p. 21), “[...] trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Essa perspectiva permite compreender os sentidos atribuídos pelas comunidades indígenas à sua presença e atuação nos campos da educação e da mídia como estratégias de afirmação identitária e política.

Além disso, desenvolveu-se uma pesquisa de natureza bibliográfica, por meio da problematização de um conjunto de produções teóricas por e sobre povos indígenas, com o intuito de compreender os modos como os povos indígenas constroem e afirmam seus territórios simbólicos por meio da palavra, seja na educação ou nos meios de comunicação, como formas de resistência e (re)existência frente aos processos históricos de silenciamento, exclusão e apagamento cultural.

### **Territórios da palavra na educação e protagonismo indígena**

A educação escolar indígena tem se constituído como um território de resistência e construção de novos sentidos. Ao ocupar os espaços escolares, antes usados como ferramentas de assimilação e apagamento cultural, os povos indígenas vêm ressignificando a escola, transformando-a em um espaço de valorização das línguas maternas, dos saberes ancestrais e da identidade coletiva. A partir da Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que reconheceram o direito a uma educação específica, diferenciada, bilíngue e intercultural, abriu-se um novo horizonte.

No Acre, a atuação de professores e estudantes indígenas tem sido fundamental nesse processo. Eles não apenas adaptam os currículos, mas os reinventam, integrando a oralidade, a espiritualidade, as cosmologias e as práticas culturais de seus povos. As licenciaturas interculturais, como a da própria Universidade Federal do Acre (Ufac), formam educadores capazes de construir pontes entre os conhecimentos ocidentais e os saberes tradicionais, garantindo que a sala de aula tenha cheiro de jenipapo, ou seja, que seja um espaço de pertencimento e valorização das culturas indígenas. Essa apropriação pedagógica da palavra viva é um ato de resistência contra a homogeneização e de (re)existência cultural.

Autores como Daniel Munduruku (2009, p. 117), afirmam que “a palavra é o principal instrumento de luta de um povo que quer existir”, e isso se torna visível no trabalho de educadores indígenas que integram oralidade, espiritualidade e cosmologias próprias nos currículos escolares. Sendo assim, no campo educacional, a palavra também se apresenta como território de disputa e de (re)existência. Se por anos, a escola foi usada como instrumento de apagamento cultural, impondo línguas, currículos e epistemologias que desvalorizavam os modos indígenas de ser e saber, o desafio da atualidade é transformar esse cenário por meio da luta, de forma que sejam implementadas, cada vez mais, escolas indígenas diferenciadas, licenciaturas interculturais, e se faça cada vez mais crescente, a presença de estudantes indígenas em universidades públicas.

Munduruku (2017, p. 117) ainda afirma que “a tradição é passada pelo uso da palavra”, no contexto oral, que se manifesta desde a educação escolar indígena até as casas familiares, rodas de conversa nas aldeias, entre outros espaços. Para contracolonizar os discursos impostos sobre os povos originários e, ao mesmo tempo, manter vivas as memórias, tradições, ancestralidades e narrativas, é necessário disputar com as numerosas narrativas coloniais que, ao longo do tempo, mascararam, invisibilizaram e desvalorizaram as cosmopercepções indígenas, especialmente no uso da palavra escrita.

### **A wi-fi encontra o maracá: a comunicação indígena como campo de disputa e protagonismo**

A comunicação sempre foi um campo de disputa para os povos indígenas. Durante séculos, falou-se sobre eles, mas raramente se permitiu que falassem por si. Com o acesso ampliado às tecnologias digitais e o fortalecimento de coletivos organizados, esse cenário começa a mudar radicalmente. A escrita, nesse contexto, não é apenas expressão artística ou intelectual, mas um gesto de insurgência, uma reapropriação do direito de nomear o mundo a

partir das próprias raízes, devolvendo às suas culturas a autonomia de dizer quem são, como vivem e quais são suas lutas.

Esse processo de autoinscrição tem ganhado força em múltiplos territórios de disputa simbólica: literatura, mídia, cinema, música e educação. Em cada um desses espaços, indígenas reconfiguram a narrativa dominante, estabelecendo redes de resistência e de criação de novos sentidos. Esses territórios discursivos não apenas denunciam as feridas históricas do apagamento e da colonização, mas também germinam novas possibilidades de existência e representação. A escrita, nesse cenário, é um território de cura, um espaço onde a memória coletiva se reinventa e onde os povos originários se reconhecem enquanto sujeitos ativos de sua própria história.

A criação de conexões, como a Rede de Comunicadores Indígenas do Acre e a Rede Tetepawacomunica, tem produzido uma revolução silenciosa: uma mídia feita por indígenas, que rompe com a invisibilidade e cria novos espaços de escuta, denúncia e valorização cultural. Essas iniciativas fazem muito mais do que apenas informar, pois educam e conectam diferentes povos e territórios. Jovens indígenas viraram comunicadores, cineastas e influenciadores, defendendo suas línguas, seus direitos e mobilizando apoios importantes.

A Articulação Brasileira de Indígenas Jornalistas (Abrinjur) surge como uma tentativa de unir as lideranças indígenas da comunicação, ou seja, os jornalistas indígenas que, por meio das palavras escritas, orais, gestuais e audiovisuais, resistem e fazem barulho contra a mídia ocidental, que historicamente oculta, silencia e distorce as vozes indígenas no campo da comunicação, do cinema etc. É necessário resistir para poder existir frente a inúmeras opressões midiáticas contra os povos originários, buscando afirmar suas identidades e reivindicar espaços legítimos nas narrativas que lhes são historicamente negadas. Ao fazer isso, contribuem para a revalorização de suas culturas e a desconstrução de estereótipos que ainda persistem na sociedade.

Pode-se afirmar que, para além de fazer parte de movimentos indígenas, sejam eles educacionais, comunicacionais, midiáticos, os jovens comunicadores, os indígenas jornalistas, os professores e professoras, e os outros indígenas nas suas áreas de saber, eles promovem discussões sobre as questões indígenas. Trata-se daquilo que Munduruku (2017) chama de indígenas em movimento, ou seja:

Pessoas físicas que se articulam de modo autônomo para participar da vida social; artistas que procuram espaços nos campos das artes (cinema, televisão, literatura, música, teatro) esportistas que tentam a sorte no concorrido mundo dos esportes; candidatos a cargos públicos em seus municípios e estados; professores que tentam seguir a carreira acadêmica (Munduruku, 2017, p. 102).

Dessa forma, a comunicação indígena, por meio das linguagens midiáticas e dos indígenas em movimento, pode ser usada como uma estratégia inteligente: ora para denunciar, ora para festejar. As redes sociais se tornaram ferramentas vitais de articulação política e comunitária, gerando um empoderamento e uma visibilidade que se espalham pelo país e até pelo mundo. Assim, a comunicação se torna um território de resistência e um espaço de construção de um novo olhar sobre os povos originários.

### **A linguagem como território de resistência e (re)existência**

A reflexão se volta para a linguagem em si, não apenas como instrumento de comunicação, mas como território simbólico, lugar onde se articulam identidades, espiritualidades, memórias e resistências. As linguagens indígenas, nesse sentido, não se limitam ao idioma, mas se expandem para o canto, o grafismo, os rituais e as narrativas orais que estruturam o modo de ser de cada povo. Segundo Krenak (2019), quando se perde a palavra, perde-se o mundo, pois é por meio da linguagem que se exerce vivência da realidade. Para Krenak, resistir é manter vivo o direito de narrar a própria história e de nomear o mundo segundo os próprios códigos. A linguagem, portanto, é resistência ontológica.

É pela palavra que os povos indígenas mantêm viva suas memórias ancestrais, transmitem seus valores, expressam suas visões de mundo e reafirmam sua soberania cultural. O grafismo, por exemplo, não é meramente estético; é uma escrita que carrega histórias, narrativas e conhecimentos. Os cantos e rituais são formas de comunicação com o sagrado e com o território. A (re)existência, nesse sentido, é a capacidade de reativar e recriar esses territórios da palavra, garantindo a continuidade da vida e da cultura em suas próprias condições. A linguagem se torna, assim, um ato político e ferramenta de afirmação da vida, da diversidade e da dignidade dos povos originários, ou dito de outra forma, uma ferramenta de resistência.

Munduruku (2017, p. 119) convida a refletir sobre “a tradição como método pragmático de a memória se fazer presente”. Nesse contexto, as linguagens escritas, orais, audiovisuais, gestuais, corporais e midiáticas, entre outras, são ferramentas essenciais que os povos indígenas utilizam para manter vivas suas tradições. Essas formas de comunicação, ao serem incorporadas pelos indígenas em movimento, permitem a resistência e a reapropriação dos espaços dominados pela palavra ocidental, garantindo que as cosmovisões indígenas continuem a pulsar e a se reafirmar nos territórios do discurso dominante.

Ao utilizar essas múltiplas linguagens, os indígenas não apenas preservam suas tradições sociais, culturais e políticas, mas também desafiam as estruturas de poder que buscam

impor uma visão homogênea e colonizadora. Nesse sentido, a educação, a comunicação e as mídias indígenas, apoiadas nesses territórios das palavras, se tornam um espaço de resistência ativa, onde o conhecimento ancestral não é apenas transmitido, mas reconfigurado e fortalecido, dando visibilidade ao protagonismo indígena na construção das próprias narrativas.

### **Educação, mídia e linguagem: dispositivos de resistência e de (re) existência**

Finaliza-se essas breves discussões refletindo sobre a finalidade dos processos analisados ao longo deste trabalho. Acredita-se que a educação, a comunicação e a linguagem são, de fato, poderosas formas de resistência e (re)existência para os povos indígenas. A resistência, nesse sentido, se manifesta na conquista de espaços que antes lhes eram negados, como, por exemplo, a oportunidade de registrar seus saberes e ciências dentro da academia, a partir de uma perspectiva indígena. Por outro lado, a (re)existência se realiza através da visibilização das narrativas indígenas e da desconstrução das camadas de invisibilização histórica que marcaram e ainda marcam suas trajetórias, especialmente dentro de seus próprios territórios, considerados por muitos como “casa-território”.

Sendo assim, essa invisibilização ocorre de diferentes maneiras e atende a diversos projetos e interesses coloniais (Longhini, 2021). Nesse sentido a *resistência* e a *(re)existência*, no contexto da educação e da mídia, em termos formais ou conceituais, se faz pela por meio da linguagem, pela adequada utilização das palavras, para que se possa dizer, divulgar, discutir, problematizar as lutas cotidianas que ainda são um tanto invisíveis para a sociedade e, mais do que isso, para que se possa ser compreendido e respeitado.

Pode-se observar em diversas produções, como, por exemplo, artigos, dissertações e teses, que os autores indígenas vêm lutando e construindo materiais escritos para dialogar com outros pensadores. Tais produções resultam de processos educacionais e, da mesma forma, se caracterizam como material de divulgação de conhecimento indígena. Por isso, representam a resistência dentro da academia apresentada em um formato mais científico; uma luta para tornar o conhecimento indígena uma produção científica. Essa formatação se faz necessária porque, por vezes, nem os professores aceitam o que se fala, o que se sabe. A palavra não basta, é preciso ter dados e teorias que a comprove. Diante disso, o que os escritores indígenas destacam são as lutas dos povos na atualidade:

Os/as escritores/as e intelectuais indígenas respondem ao reconhecimento da condição e da causa indígena no país, à desconstrução dos estereótipos e dos preconceitos produzidos e consolidados em termos da colonização de nossa sociedade, à efetividade da cidadania político-cultural dos/as e pelos/as indígenas (Danner *et al.*, 2021, p. 244).

Diante dessa narrativa, pode-se entender a importância que tem a educação por considerar o trabalho pedagógico a partir das realidades indígenas, e da mídia mostrar o que de fato pode ajudar, de alguma maneira, as causas e os acontecimentos que impedem a manutenção e a promoção da história e da cultura dos povos originários. Assim sendo, a resistência está na divulgação e na consideração desse conjunto de práticas que colocam o conhecimento científico e tradicional dos diferentes povos para dialogar. Por isso,

a descatequização da mente e da cultura, a literatura indígena, que é voz-práxis direta, traz para o centro da vida social e da esfera pública esse relato autoral, autobiográfico, mnemônico e testemunhal das próprias diferenças, das próprias minorias – como acontece, aliás, com a literatura de minorias de um modo geral. Ela é crítica da cultura, politização abrangente de nossa sociedade e perspectiva pedagógica calcada no relato construído pelas diferenças, pelas minorias (Danner *et al.*, 2021, p. 247).

## Conclusões

A utilização das linguagens – seja na forma escrita, oral, gestual ou audiovisual – emerge como uma ferramenta estratégica de afirmação cultural e política. Ao recuperar e reinventar a palavra, os povos indígenas não apenas preservam suas tradições, mas também fazem frente ao silenciamento imposto pelas estruturas coloniais, reafirmando suas identidades, suas histórias e seus direitos. A educação escolar indígena, por exemplo, tem se configurado como um espaço de resistência, no qual os saberes ancestrais, as línguas maternas e as práticas culturais são valorizadas e ressignificadas, desafiando o modelo educacional tradicional que buscava a assimilação e a homogeneização cultural.

Além disso, o crescente protagonismo de jovens indígenas, comunicadores e jornalistas, ao ocuparem os meios de comunicação e as redes sociais, tem sido fundamental para a transformação das narrativas sobre os povos originários. Essas ações não só subvertem os estereótipos impostos pela mídia hegemônica, mas também reconstróem o imaginário coletivo, criando novos espaços de escuta, denúncia e celebração das culturas indígenas. A criação de redes de comunicação indígena, como a mencionada Abrinjor e outras iniciativas locais, nacionais e internacionais, reflete a força dessa mobilização, permitindo que os povos originários tenham a palavra em seus próprios termos e ao seu próprio tempo.

Portanto, resistir e (re)existir, no campo educacional e midiático, são processos inseparáveis de uma luta contínua pela afirmação das identidades e pela recuperação da autonomia cultural. A palavra, em suas diversas formas, é não apenas um meio de comunicação, mas um território simbólico onde se travam as disputas pela memória, pela dignidade e pela justiça histórica, reafirmando o protagonismo indígena e reconfigurando as relações de poder na sociedade.



## Agradecimentos

Ao Programa de Educação Tutorial/MEC e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

## Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 18 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: **Diário Oficial da União**, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 18 jun. 2025.

DANNER, L. F.; DANNER, F.; DORRICO, F. Educação, memória e resistência na literatura indígena brasileira contemporânea. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 229-251, set./dez. 2021.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MINAYO, M. C.de S. (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MUNDURUKU, D. Escrita indígena: registro, oralidade e literatura o reencontro da memória. In: DORRICO, J.; DANNER, L. F.; CORREIA, H. S.; DANNER, F. (Orgs). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

MUNDURUKU, D. **O caráter educativo do movimento indígena**. Petrópolis: Vozes, 2009.